

GABINETE DA VICE-GOVERNADORA

ESTADO DO ACRE
GABINETE DO(A) VICE-GOVERNADOR(A)

PORTARIA GABVICE Nº 36, DE 31 DE JULHO DE 2025

A Vice –Governadora do Estado do Acre, no uso das atribuições legais, conferida pela Lei Complementar nº. 419/2022. CONSIDERANDO a Instrução Normativa CGE Nº 001/2016 e Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos -<http://www.cge.ac.gov.br/cont/index.php>, e CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº. 0009.010478.00008/2025-72.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente para atuarem como gestores e fiscais do CONTRATO Nº. 16/2025, celebrado entre o Gabinete da Vice-Governadora e a empresa R B DA SILVA ME, inscrita no CNPJ Nº ° 39.286.296/0001-94, assinado no dia 25/07/2025, com vigência de 12 meses, a contar a partir da data de sua publicação, tendo como objeto a Contratação de Empresa para Fornecimento de Gás e Vasilhame de Gás, a fim de atender as necessidades do Gabinete da Vice Governadora.

Contrato	Contratado	CNPJ	Objeto	Vigência	Gestor e Fiscal	Matrícula
16/2025	R B DA SILVA ME	39.286.296/0001-94	Contratação de Empresa para Fornecimento de Gás e Vasilhame de Gás, a fim de atender as necessidades do Gabinete da Vice Governadora.	25/07/2025 a 25/07/2026	Gestor: Márcio Barbosa de Souza	9211250-1
					Gestor Substituto: Elane Cristina Costa Cabral	9609938-1
					Fiscal: Jussara Brendha da Silva Ferrari	9582757-1
					Fiscal Substituto: Elizeu do Nascimento Melo	9612831-1

Art. 2º. Compete aos gestores o acompanhamento da execução do Contrato nº. 16/2025, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC:

- Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;
- Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP;
- Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único. O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 3º Compete aos fiscais à verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.

Parágrafo único. O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 4º. Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 31 de julho de 2025.

Mailza Assis da Silva
Vice-Governadora do Estado do Acre

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

PORTARIA CGE Nº 91, DE 06 DE AGOSTO DE 2025

A CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO, no uso das suas atribuições constitucionais e legais que lhe confere o Decreto nº 3.685-P, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.527 de 05 de Maio de 2023;

Considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133/2021, que determina a obrigação da Administração indicar re-presentante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar;

Considerando o teor do art. 20 do Decreto nº 11.363, de 22 de novembro de 2023, que determina que os gestores e fiscais de contratos deverão ser designador por portaria;

Considerando a Instrução Normativa CGE nº 001/2016, a qual dispõe sobre as funções de Gestor e de Fiscal de contratos administrativos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gesto-res e fiscais do Contrato nº 013/2025/CGE, oriundo da Adesão a ata de Registro de preços nº05/2025, pregão eletrônico nº 28/2024, processo Sei nº4004.017438.00004/2025-83 que tem por objeto a contratação de empre-sa especializada na confecção de camisas, para atender as necessidades da Controladoria-Geral do Estado do Acre - CGE.

I – Gestor Titular: Taiane da Silva Moura Padilha – Matrícula: 9372199

II – Gestor Substituto:Adriana da Silva Meireles - Matrícula nº 9191119

III – Fiscal: Kássia Nascimento de Araújo - Matrícula nº 9115650

IV – Fiscal Substituto: Antonio Brandão Malveira - Matrícula nº 211532

Art. 2º Compete ao servidor, designado como gestor do Contrato nº 013/2025/CGE, gerenciá-lo até o término de sua vigência, nos termos do artigo 15 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

Parágrafo único. O gestor referenciado no caput deste artigo responderá pelo exercício das atribuições a ele con-fiadas.

Art. 3º Compete ao servidor, designado como fiscal do Contrato nº 013/2025/CGE, fiscalizá-lo até o término de sua vigência, nos termos do artigo 18 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

Parágrafo único. O fiscal referenciado no caput deste artigo responderá pelo exercício das atribuições a ele confi-adas.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua expedição.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique.

MAYARA CRISTINE BANDEIRA DE LIMA
Controladora-Geral do Estado
Decreto nº 3.685-P/2023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 11/2025
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 007/2022
PROCESSO Nº: 4004.017436.00076/2025-22
PROCESSO DE ORIGEM: 4004.011565.00034/2022-60
OBJETO: REALIZAR A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA ESTIPULADO NA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO ORIGINAL, CONTRATO CGE Nº 007/2022. O PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL FICA PRORROGADO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, DO CONTRATO ORIGINAL, ESTANDO VIGENTE A PARTIR DE 12 DE AGOSTO DE 2025 A 12 DE AGOSTO DE 2026.
DAS PARTES: CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO ACRE E A EMPRESA LINK CARD ADMINISTRADORA-RA DE BENEFÍCIOS LTDA
DA VIGÊNCIA: ATÉ 12 DE AGOSTO DE 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ÓRGÃO / UNIDADE EXECUTORA 448/001; PROGRAMA DE TRABAHO: 04122228621180000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS; ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00; FONTE DE RECURSO: 15000100.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 57, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93.
LOCAL E DATA DA ASSINATURA: RIO BRANCO/AC, 06 DE AGOSTO DE 2025.

ASSINAM: MAYARA CRISTINE BANDEIRA DE LIMA, CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO ACRE - CONTRATANTE E PATRÍCIA APARECIDA DE LIMA, EMPRESA LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA - CONTRATADA.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PORTARIA PGE Nº 542, DE 05 DE AGOSTO DE 2025

O Procurador-Geral do Estado do Acre, em exercício, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar, e;

Considerando os arts. 15 a 20 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, que dispõem sobre as funções de Gestor e de Fiscal de contratos administrativos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 031/2024 e Anexo Único da Ata de Registro de Preços nº 12/2024, contrato nº 29/2024, bem como dos demais instrumentos contratuais desta decorrentes, gerenciada pela PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO ACRE - PGE/AC, tendo como empresa detentora MGU ELEVADORES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 22.391.531/0001-95, tendo por objeto a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de plataforma elevatória enclausurada, com fornecimento de peças, visando atender as demandas administrativas da PGE/AC, no âmbito do Processo PGE SEI nº 0056.001009.00001/2024-68:

I - Gestor(a) Titular: Gleice Ferreira dos Santos, matrícula 9683049;

II - 1º Gestor(a) Substituto(a): Lauana Maria Lima do Nascimento, nº 9190481;

IV - 2º Gestor Substituto: Samuel Lucas Barros dos Santos, matrícula 9625909

V - Fiscal Titular: Alife Nascimento Bezerra, matrícula nº 9595910; e

VI - Fiscal Substituto: Nicolas Maciel dos Santos, matrícula nº 962608-5.

Art. 2º Compete ao servidor, designado como gestor das despesas que trata esta portaria, gerenciá-las até disposição em contrário.

Parágrafo único. O gestor acima designado responde pelo exercício das atribuições a ele confiadas.

Art. 3º Compete ao servidor designado como fiscal das despesas que trata esta portaria, fiscalizar a sua execução, para verificar se obedece às especificações, aos prazos estabelecidos e demais obrigações previstas nos respectivos instrumentos, além das demais atribuições legais a ele inerentes.

Parágrafo único. O fiscal das despesas, que trata esta portaria, responderá pelo exercício das atribuições a ele confiadas.

Art. 4º Revogar a Portaria PGE nº 685, DE 30 DE setembro DE 2024.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua expedição.

Dê-se ciência e cumpra-se.

JANETE MELO D'ALBUQUERQUE LIMA DE MELO

Procuradora-Geral do Estado

Decreto nº 4.415-P, de 12 de julho de 2023

PORTARIA PGE Nº 543, DE 05 DE AGOSTO DE 2025

A Procuradora-Geral do Estado do Acre, nomeada pelo Decreto nº 4.415-P, de 12 de julho de 2023, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar, e;

Considerando os arts. 15 a 20 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, que dispõem sobre as funções de Gestor e de Fiscal de contratos administrativos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do contrato nº 032/2024, decorrente do Pregão Eletrônico para registro de preços nº 030/2024, celebrado entre a PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE/AC e a empresa P S O DA SILVA IMPORTAÇÃO E EXPOS-TAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 09.460.269/0001-25, tendo por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado modelo SPLIT inverter e sistema de renovação de ar, com substituição de peças, componentes e acessórios por outros novos e originais/similares, instalação e desinstalação, visando atender as demandas da Procuradoria Geral do Estado do Acre - PGE/AC no âmbito do processo SEI nº 0056.001009.00015/2024-81:

I - Gestor Titular: Gleice Ferreira dos Santos, matrícula 9683049;

II - 1º Gestor Substituto: Lauana Maria Lima do Nascimento, matrícula 9190481;

III - 2º Gestor Substituto: Samuel Lucas Barros dos Santos, matrícula 9625909;

V - Fiscal Titular: Alife Nascimento Bezerra, matrícula nº 9595910; e

VI - Fiscal Substituto: Nicolas Maciel dos Santos, matrícula nº 962608-5.

Art. 2º Compete ao servidor, designado como gestor do Contrato nº 032/2024 de que trata esta portaria, gerenciá-lo até o término de sua vigência.

Parágrafo único. O gestor referenciado no caput deste artigo responderá pelo exercício das atribuições a ele confiadas.

Art. 3º Compete ao servidor, designado como fiscal do contrato nº 032/2024, fiscalizá-lo até o término de sua vigência e conclusão das obrigações dele decorrentes.

Parágrafo Único. O fiscal referenciado no caput deste artigo responderá pelo exercício das atribuições a ele confiadas.

Art. 4º Revogar a Portaria PGE 741 de 24 DE OUTUBRO DE 2024.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua expedição.

Dê-se ciência e cumpra-se.

JANETE MELO D'ALBUQUERQUE LIMA DE MELO

Procuradora-Geral do Estado do Acre

Decreto nº 4.415-P, de 12 de julho de 2023

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO

ESTADO DO ACRE

POLÍCIA CIVIL

GABINETE DO DELEGADO GERAL

Portaria PCAC Nº 847, DE 05 DE agosto DE 2025

JOSÉ HENRIQUE MACIEL FERREIRA, Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições legais e etc.

Considerando que, de acordo com o Artigo 8º, incisos I, II e IV, da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Acre, compete ao Delegado- Geral da Polícia Civil as atribuições de dirigir, planejar, coordenar, supervisionar, sistematizar e padronizar as ações, princípios e políticas institucionais da Polícia civil; lotar e remover policiais civis; e gerir as atividades referentes à administração, pessoal, material, serviços complementares e de apoio administrativo, dentre outras;

Considerando que a lotação e remoção de servidores é ato pelo qual a administração pública estabelece a sede de atuação funcional de seus agentes, observando, necessariamente, os critérios de oportunidade e conveniência para o atendimento do interesse público;

Considerando a nomeação deste signatário para o exercício do cargo de Delegado-Geral da Polícia Civil, através do Decreto nº 44-P, de 02 de janeiro de 2023 publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.444, de 03 de janeiro de 2023;

Considerando a necessidade de adoção das providências e ajustes administrativos necessários, sob os diversos aspectos da gestão;

Considerando que a legislação assegura ao administrador público o exercício do poder discricionário, justamente para, dentro da margem de liberdade conferida pelo legislador, tomar as decisões mais adequadas, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade;

Considerando que, sendo inerente à gestão a possibilidade de o administrador alocar, nas funções e setores mais estratégicos ou que demandam maior responsabilidade de quem vai exercê-los ou ocupá-los, pessoas que atendam a alguns requisitos que o encargo exige;

Considerando que, dentro dessa perspectiva, este signatário houve por bem realizar as mudanças necessárias no que concerne à lotação e remoção de servidores nas unidades policiais, com base na conveniência, oportunidade e necessidade;

RESOLVE:

I – Revogar a Portaria nº 163, de 27 de fevereiro de 2025, que lotou o Escrivão de Polícia Civil Daniel Carneiro Gomes, no Núcleo Especializado de Capturas da Polícia Civil-NECAP;

II – Lotar o referido servidor para exercer suas funções na Divisão Especializada de Investigações Criminais - DEIC.

José Henrique Maciel Ferreira

Delegado-Geral da Polícia Civil